



# História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas<sup>1</sup>

History and historiography of school institutions: the course of research and theoretical-methodological questions

Décio Gatti Júnior  
Universidade Federal de Uberlândia

## Resumo

Estudo dedicado principalmente à análise do percurso da pesquisa em História da Educação em termos mundiais e nacionais, com ênfase nas diferenças de enfoque conferido à temática das instituições escolares; às questões terminológicas e conceituais vinculadas ao emprego do termo “instituição” e da locução “instituição escolar”; ao exame das diferentes proposições teóricas e categoriais para a pesquisa histórica sobre as instituições escolares; a reflexão sobre os limites e dificuldades da pesquisa na temática das instituições escolares; a apresentação de algumas recomendações para a pesquisa no âmbito da História das Instituições Escolares.

Palavras-chave: História da educação. História das instituições escolares. Historiografia.

## Abstract

A study mainly dedicated to the analysis of the course of research in the History of Education nationally and worldwide, with emphasis on the different perspectives, given from the theme, of school institutions; terminological and conceptual questions, connected with the use of the term “institution” and the phrase “school institution”. An examination of different theoretical and categorical proposals on historical research in school institutions. A reflection on the limits and difficulties of research on the of school institutions theme. The presentation of some recommendations for research on the The History of School Institutions area.

Keywords: History of education. History of school institutions. Historiography.



## Introdução

Sem dúvida, na última década, a pesquisa em História da Educação no Brasil alcançou grande desenvolvimento, assertiva que pode ser corroborada pelo crescimento do número de grupos de pesquisa, eventos e periódicos científicos dedicados especificamente à temática. (CATANI, 2002; FARIA FILHO, 2001; FARIA FILHO, 2002; GATTI JÚNIOR, 2004)<sup>2</sup>. Dentre as diversas temáticas pesquisadas nesse período, destaca-se a da História das Instituições Escolares, o que se deve, hipoteticamente, a carência que existia de pesquisas sobre os processos mais específicos de escolarização ocorridos nas mais diversas regiões e cidades do país; ao impacto da virada historiográfica das últimas três décadas que influenciou os historiadores da educação a conferirem maior importância nas investigações em torno de temas particulares, como condição necessária para a formulação de teorias mais gerais; ao retorno de pesquisadores habilitados em nível de doutorado nos programas de Pós-graduação em Educação mais consolidados da região centro-sul para suas regiões e cidades de origem, onde, especialmente, em universidades federais e, em algumas universidades estaduais, confessionais e da sociedade civil, houve interesse em temáticas de pesquisa locais e regionais.

173

## História da Educação e História das Instituições Escolares: percursos investigativos

○ campo da pesquisa histórica passou, nas três últimas décadas, por um intenso processo de renovação teórico e metodológico, impulsionado pelo esforço de superação de uma historiografia que, em uma de suas formas, produzia uma descrição dos fatos eminentemente políticos e legais, construída sob os auspícios da tradição positivista; e, em outra de suas modalidades, fomentava uma narrativa carregada de análises que privilegiavam os aspectos econômicos da vida social em detrimento de outras esferas da produção da vida social. (GATTI JÚNIOR, 2002).

○ questionamento pelo qual a História passou no Século XX foi sobre a natureza e a qualidade do saber que ela produzia. A idéia de produção da verdade absoluta e do saber absoluto em História foi colocada em cheque, sendo que formas de responder a este colapso da idéia de verdade

na História podem ser vislumbradas tanto na ruptura com a historiografia tradicional, realizada, sobretudo, na França do entre-guerras, pelo grupo que posteriormente ficaria conhecido como “Escola dos Anais”, como no rompimento com a leitura marxista da História que ficou conhecida como “marxismo vulgar”, realizado na Inglaterra, por diversos historiadores que se afastaram do Partido Comunista oficial, em meados dos anos cinqüenta. (GATTI JÚNIOR, 2002).

Em nossos dias, percebe-se que boa parte dos historiadores concorda com a afirmativa de que não existe uma forma exclusiva de se compreender a realidade, nem muito menos um “único motor” que determine o desenvolvimento histórico. De fato, os últimos cinqüenta anos de pesquisa histórica têm demonstrado uma prática muito vinculada ao desenvolvimento de estudos empíricos, nos quais a teoria não é mais vista como um *a priori* absoluto, mas apenas como uma forma de acesso, ou seja, um recurso que contribui para a formulação de perguntas iniciais e de algumas categorias de análise (acesso) com a finalidade do estabelecimento do diálogo com as fontes de pesquisa, iniciando o processo de objetivação científica. (LAVILLE; DIONNE, 1999).

174 Historicamente, o nascimento da História da Educação a evidencia como disciplina de grande importância no processo de construção das Ciências da Educação em meados do século XIX, com a função de legitimação da própria passagem da Pedagogia ao estatuto de Ciências da Educação. Nessa direção, Nóvoa (1999) destacou o papel exercido por Gabriel Compayéré, no início do século XX, ao firmar a História da Educação como disciplina fundadora das Ciências da Educação, evidenciando o caráter kantiano atribuído ao ideário proposto e a função introdutória e preparatória da História da Educação para a própria ciência.

Outro aspecto importante refere-se às linhas gerais de desenvolvimento mundial da História da Educação, conforme foi apresentado por Bastos, Busnello e Lemos (2006), a partir de Nóvoa. Primeiramente, a História da Educação organiza-se como uma reflexão essencialmente “filosófica”, baseada na evocação das idéias dos grandes educadores, desde a Antigüidade ao período Contemporâneo (século XIX). Por meio da glorificação do passado, descreve-se a evolução educativa como uma marcha do progresso, com o objetivo de tirar do passado o máximo de lições para o presente. Trata-se, na análise de Hameline e de Tyack, a partir de Nóvoa (1994, p. 422), “[...] de uma história militante [...] escrita [...] pelos reformadores [...] da instrução



pública”, sendo estes “[...] pastores religiosos escrevendo histórias sectárias para serem lidas por seus correligionários.”

Entre o final do século XIX e o princípio do século XX, a disciplina assume uma visão marcadamente institucional, pois que, por meio da rememoração legislativa, nomeadamente das principais reformas educativas, produz-se uma história legitimadora das opções presentes de política educativa, dando um carácter prático e funcional para a disciplina. Edificam-se obras historiográficas monumentais, nas quais se coligem documentos estatais oficiais que prescrevem a ordem jurídico-legal dos estabelecimentos de ensino.

Porém, em meados do século XX, ocorre forte reação as duas tradições anteriores, da história militante e da efeméride jurídico-legal, feitas por historiadores e sociólogos, em perspectivas novas, caudatárias dos estímulos da História dos Anais e das rupturas dos marxistas e neo-marxistas, trazendo uma dimensão “social” para a disciplina.

Este revisionismo, segundo Nóvoa (1994), pode ser considerado em três momentos diferenciados. O primeiro esteve expresso especialmente na obra de Phillippe Ariès, na França, com marcas da história problema e da perspectiva interacionista advindas da crítica historiográfica presente na Escola dos Anais. Um segundo momento desse processo teve lugar em uma produção com forte presença da sociologia crítica de Bourdieu, Passeron e Boudon, sendo expressão desse movimento as obras de Furet, Ozouf, Chartier, Compère e Julia, também no cenário francês. O último momento desse revisionismo se opõe ao fatalismo sociológico das estruturas, com a percepção da distância que se estava estabelecendo aos ditames da História Total.

Como desdobramento e ruptura desses revisionismos, na década de 1980, teria lugar o que Nóvoa (1994) classificou como pós-revisionismo. Nessa acepção interessa, sobretudo, o processo de objetivação da investigação. (LAVILLE; DIONNE, 1999). Ou seja, a qualidade do diálogo que o pesquisador consiga estabelecer entre teoria e empiria, com a formulação de hipóteses sucessivas que possibilitam a formulação da interpretação histórica e histórico-educacional. Essa vertente que marca a pesquisa e a produção da área da História e particularmente da História da Educação fundamenta-se na idéia da inexistência de um “sentido da História”, no caminho do estabelecimento de uma radical laicização interpretativa.

Por princípio não se considera que o historiador produza a “História”, mas apenas uma possibilidade interpretativa que, rigorosa, não se toma como a única possibilidade. Esse processo de renovação coaduna-se com a intensificação do esforço do trabalho interdisciplinar, na inovação temática e metodológica e na continuidade do processo de alargamento da noção de fonte histórica.

Assim, Nóvoa (1999) afirma que há uma espécie de redescoberta da especificidade das temáticas escolares, do papel dos diferentes atores educativos e da sua experiência; uma tendência às práticas de história intelectual e cultural, a partir de novas concepções teóricas; uma revalorização das abordagens comparadas.

Este movimento na pesquisa histórico-educacional também foi percebido no Brasil, ainda que por caminhos diferenciados. Segundo Vidal e Faria Filho (2003) podem ser identificadas três vertentes ou modos diferenciados de operação histórico-educacional: a gerada nos marcos paradigmáticos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (entre as décadas de 1870 a 1960); a proveniente da literatura escolar utilizada na Escola Normal (entre as décadas de 1930 e 1960); a produzida na academia, em especial nos cursos de Pós-Graduação *stricto-sensu*. (desde 1960).

Mattos (2000) destacou que os intelectuais oriundos da boa sociedade imperial preconizavam que caberia ao IHGB a pesquisa em História, entendida, à época, como já explanado nesse texto, como o ato de coligir, metodizar e publicar os documentos oficiais, a legislação educacional. Nessa direção, entre as décadas de 1870 e 1960, esse modo de operação histórico-educacional se faz presente em diversas obras, a saber:

1. Nos levantamentos estatísticos e documentais realizados entre 1867 e 1784;
2. Na influente obra de José Ricardo Pires de Almeida, *Histoire de L’Instruction Publique au Brésil (1500-1889). Histoire et Legislation.*, de 1889, conjugando as idéias de progresso, civilização e monarquia católica e que influenciou inúmeros autores até meados do séc. XX, tais como (Júlio) Afrânio Peixoto, 1933; Fernando de Azevedo, 1943; Theobaldo Miranda dos Santos, 1945;



3. Na obra de José Veríssimo, *A Instrução e a Imprensa: 1500/1900*, de 1900;
4. Na obra de Primitivo Moacyr, *O Ensino Público no Congresso Nacional*, de 1916;
5. Na monumental coleção de Primitivo Moacyr sobre a instrução pública, referindo-se ao Império, a República e as provinciais, em quinze volumes, publicados entre 1936 e 1942;
6. Na obra de Paulo Kruger Corrêa Mourão sobre a instrução em Minas Gerais no período imperial e republicano, publicada entre 1959 e 1962, no interior do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais (CRPE-MG).

Ao lado dessa produção influenciada pelo IHGB, desenvolveu-se, em estreito vínculo com a História da Educação como disciplina formativa na Escola Normal, a produção de obras de caráter didático-formativo, os manuais escolares de História da Educação, amplamente utilizados pelos docentes e pelos normalistas. Nessa segunda vertente, segundo Vidal e Faria Filho (2003) está assinalado um afastamento dos arquivos, com a cristalização de uma escrita moralizadora e a História da Educação se restringe a função de disciplina formadora.

Da produção vinculada à Escola Normal destacam-se as obras *Noções de História da Educação*, de Afrânio Peixoto, publicada em 1933, consistindo em uma compilação comentada que tem a Escola Nova como referência; *Educação: História da Pedagogia. Problemas Actuaes*, das Madres Peeters e Cooman, publicada em 1936; *Noções de História da Educação*, de Theobaldo Miranda dos Santos, publicada em 1945.

É importante tratar também do que Vidal e Faria Filho (2003), chamaram da terceira vertente da produção em História da Educação que pode ser nomeada acadêmica e que se diferencia da primeira e segunda vertentes, do IHGB e da Escola Normal, por estar vinculada mais diretamente à pesquisa científica e com veiculação forte especialmente nos cursos de Pedagogia e nos Programas de Pós-Graduação em Educação.

Essa vertente se inicia em proximidade com o discurso e as necessidades estatais e tem a obra "A Cultura Brasileira", de Fernando de Azevedo,

em 1943, como emblema, sendo a mesma, segundo Carvalho (2005), a portadora de uma determinada memória dos renovadores e, segundo Nadai (1993), a afirmação dos antigos normalistas como os “representantes legítimos” dos assuntos educacionais.

Apesar do forte impacto da obra “A Cultura Brasileira”, segundo Monarcha (1999), os “atos inaugurais” da pesquisa em História da Educação estão presentes na liderança que Laerte Ramos de Carvalho (da Universidade de São Paulo e, especialmente, do Centro Regional de Pesquisa Educacional de São Paulo) exerceu sobre o grupo de pesquisa integrado por Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Jorge Nagle, Casemiro dos Reis Filho, Leonor Tanuri, entre outros. Esses autores produziram obras que se tornaram referências tanto na futura Pós-Graduação em Educação no Brasil, quanto nos bancos de ensino universitário.

Ainda que o grande tema desse período estivesse referido a relação educação e sociedade, no que diz respeito a produção voltada para a História das Instituições Escolares, segundo Buffa e Nosella (2005), há duas obras importantes, a saber: a de José Ferreira Carrato, de 1963, intitulada, “Minas Gerais e os Primórdios do Caraça” e a de autoria de Maria Aparecida Rocha Bauab, de 1972, intitulada, “O Ensino Normal na Província de São Paulo (1846-1889): subsídios para o estudo normal no Brasil-Império.”

Os Programas de Pós-Graduação em Educação, por seu turno, constituídos, sobretudo, no período compreendido entre as décadas de 1960 a 1980, com o pioneirismo exercido pelas universidades católicas (Rio de Janeiro, em 1965 e São Paulo, em 1969), em um momento marcado pelo ideário da “opção pelos pobres”, com forte influência do pensamento de Althusser (décadas de 1960 e 1970) e, posteriormente, de Antonio Gramsci (décadas de 1970 e de 1980). Dessa época, destaca-se, na proximidade de uma história das instituições escolares, a obra de Gilberto Luis Alves, de 1991, intitulada *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda*.

Por fim, desde a década de 1980 até o momento presente, somaram-se aos Programas de Pós-Graduação em Educação, os inúmeros grupos de pesquisa dedicados a temática da História da Educação, a criação, em 1984, do Grupo de Trabalho em História da Educação — GTHE no seio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); a criação, em 1986, do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Educação



e Sociedade" (HISTEDBR); a fundação, em 1999, da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). (GATTI JÚNIOR, 2004). Nessa época, ampliaram-se substantivamente o número de obras publicadas em forma de livro no âmbito de uma História das Instituições Escolares, com destaque para as seguintes: *Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos* (Ester Buffa e Paolo Nosella, 1996); *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes* (Carlos Monarcha, 1999); *A Educação Exilada: Colégio do Caraça* (Mariza Guerra de Andrade, 2000); *A Fabricação Escolar das Elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República* (Norberto Dallabrida, 2001).

Depreende-se da análise dessa produção mais recente em História da Educação, especialmente, daquela vinculada à História das Instituições Escolares, um quadro de pluralidade temática, acompanhado de significativa variedade quanto aos marcos teórico-metodológicos. Paralelamente, podem-se observar, também, esforços de pesquisadores e grupos de pesquisa brasileiros na direção da estruturação de centros de documentação e da realização de intercâmbios nacionais e internacionais, especialmente com pesquisadores da França, Portugal, Espanha e América Latina.

## Questões de terminologia, teoria e metodologia de pesquisa

179

A compreensão da relação entre educação, formação humana, instituições e escola encontram em Dermeval Saviani uma formulação bastante profícua no interior do campo marxista de análise social. Seu texto "Sobre a natureza e especificidade da educação", escrito originalmente em 1984, parte da afirmação de que o trabalho é o elemento que distingue o homem das demais espécies, sendo a educação, simultaneamente, "[...] uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho [...]" (SAVIANI, 1991, p. 19). Como desdobramento dessa assertiva, o autor explicita suas conclusões em torno da definição da natureza e da especificidade da educação, do seguinte modo:

[...] a compreensão da natureza da educação enquanto um trabalho não material cujo produto não se separa do ato de produção nos permite situar a especificidade da educação como referida aos conhecimentos, idéias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação



da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens. (SAVIANI, 1991, p. 29-30).

Essas definições se apresentam satisfatórias no sentido de precisar que a transmissão da cultura e de suas representações confere o caráter de humanidade aos membros da espécie e, ainda que neste início do século XXI existam tendências naturalizantes no entendimento dos comportamentos e da personalidade humana (sobretudo advindas dos estudos de base biogenética), a velha idéia de Marx (1983, p. 24) exposta em 1859, de que “[...] não é a consciência dos homens que determina seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência [...]” parece permanecer bastante válida, evitando-se, indubitavelmente, os excessos estruturalistas e deterministas advindos daquilo que Hobsbawm (1982, p. 248) classificou como “marxismo vulgar”. Desse modo, é possível compreender a recente análise de Paolo Nosella (2005) sobre o termo formação, entendendo-o como possibilidade, e no qual a ação dialógica e a cumplicidade entre educador e educando firmam-se como absolutamente necessárias. Para ele

[...] formar alguém se torna um ato de cumplicidade entre o formador e o formando, no qual o primeiro apresenta formas e experiências conhecidas e o segundo exercita a liberdade e cria o futuro. [...] O ato de formar é essencialmente um ato ético, de liberdade. (NOSELLA, 2005, p. 26).

Nosella (2005, p. 25), no entanto, não deixa de assinalar a dimensão preconceituosa e excludente que o termo comportava nas concepções idealistas de mundo, nas quais existe uma forma perfeita a ser alcançada. Nessa acepção, “[...] formar alguém pode se tornar um ato autoritário [...] sufocando ou anulando a liberdade [...]”. Entretanto, para além dessa constatação crítica, há uma dimensão importante que Nosella, a partir de Lyotard, sublinha — a de que a essência não é dada, mas, sim, construída no processo de formação.

Nesse sentido, o esforço e as disputas em torno da formação humana ganham relevo e, sobretudo, a partir da emergência dos estados nacionais republicanos, a instituição escolar toma corpo e força como modelo e forma



escolar que teria enorme difusão mundial e que se oporia ao modelo pedagógico jesuítico anterior.

Nessa direção, a compreensão do termo instituição torna-se relevante, em especial pela temática do texto ora apresentado. Do Dicionário Houaiss podem-se destacar as seguintes acepções: Diacronismo: antigo: ato de instruir, de educar; ato ou efeito de instituir (“dar começo a”); criação; Rubrica: sociologia; cada um dos costumes ou estruturas sociais, estabelecidas por lei ou consuetudinariamente, que vigoram num determinado Estado ou povo. Ex.: <a i. da família> <a i. do casamento> <a i. do dote> <a i. da primogenitura>; estrutura material e humana que serve à realização de ações de interesse social ou coletivo; organização, estabelecimento Ex.: <uma i. de caridade> <i. civil, militar, religiosa, penal etc.>; estabelecimento destinado ao ensino, à educação; escola, instituto, educandário. Ex.: i. para surdos-mudos.

Dermeval Saviani (2005), por seu turno, a partir de Torrinha, apresenta quatro acepções, a saber: 1. Disposição; plano; arranjo; 2. Instrução; ensino; educação; 3. Criação; formação; 4. Método, sistema, escola, seita, doutrina. Percebe-se que o termo, compreende, entre suas acepções, a idéia de educação, pois que se trata de instituir uma ordem de pensamento, de comportamentos desejáveis a partir dos grupos sociais que controlam a instituição. Porém, o emprego da locução “instituição escolar”, aparentemente, tem conotação distintiva, com a finalidade de precisar melhor a comunicação.

Ao tratar do conceito de instituição educativa, Saviani, com base nas observações de Bourdieu e Passeron, afirma que:

Levando em conta o caso particular da educação, notamos que se trata de uma realidade irreduzível nas sociedades humanas que se desenvolve, originariamente, de forma espontânea, assistemática, informal, portanto, de maneira indiferenciada em relação às demais práticas sociais. A institucionalização dessa forma originária de educação dará origem às instituições educativas. Estas correspondem, então, a uma educação de tipo secundário, derivada da educação de tipo primário exercida de modo difuso e inintencional. (SAVIANI, 2005, p. 5).

No entanto, Dermeval Saviani, considerando ainda Bourdieu e Passeron, destaca a importância da percepção de considerar a escola



como uma entre outras instâncias educativas que atuam nos processos de formação humana postos em disputa no território social, conforme se pode perceber abaixo:

Quando consideramos a instituição educativa, isto é, quando tomamos a educação na sua especificidade, como ação propriamente pedagógica, cuja forma mais conspícua se expressa na escola, observamos que esse destacar-se da atividade educativa em relação aos demais tipos de atividade não implica necessariamente que as instituições propriamente educativas passem a deter o monopólio exclusivo do exercício do trabalho pedagógico secundário. Na verdade, o que constatamos é uma imbricação de instituições de diferentes tipos, não especificamente educativas que, nem por isso, deixam de cuidar, de algum modo, da educação. Assim, para além da instituição familiar votada, pelas suas próprias características, ao exercício da educação espontânea, vale dizer, do trabalho pedagógico primário, encontramos instituições como sindicatos, igrejas, partidos, associações de diferentes tipos, leigas e confessionais, que, além de desenvolver atividade educativa informal, podem, também, desenvolver trabalho pedagógico secundário, seja organizando e promovendo modalidades específicas de educação formal, seja mantendo escolas próprias em caráter permanente. Nesse âmbito, as instituições que se destacam nitidamente entre as demais, são, sem dúvida, a Igreja e o Estado. (SAVIANI, 2005, p. 5).

182

O contexto internacional da pesquisa em História e, de modo particular, em História da Educação influencia as temáticas e o percurso da investigação sobre o fenômeno educacional. A visão de instituição escolar transparece em diversas produções, tal como explicitado em Magalhães (1998), quando disserta sobre o conceito de instituição educativa, conforme exposto a seguir:

No plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais. É um lugar de permanentes tensões [...] são projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais. (MAGALHÃES, 1998, p. 61-62).



E complementa:

Por educação-instituição não pode deixar de traduzir-se essencialmente o que há de permanente, focalizando na longa duração. Contudo a relação educativa é uma dialética entre o dado e ato, é atualização; é uma relação instituinte entre a realidade envolvente, as estruturas, as tradições, as expectativas socioculturais (o instituído), por meio da dialética contratual (instituição), por ação dos sujeitos individuais e grupais (instituinte). (MAGALHÃES, 2004, p. 60).

De fato, nas últimas três décadas, desenvolveram-se estudos sobre cultura, instituições e disciplinas escolares, especialmente na Europa, com consideráveis impactos na pesquisa brasileira nessa área, em uma direção de renovação da pesquisa em História da Educação. Justino Magalhães afirma que:

A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um domínio do conhecimento historiográfico em renovação no quadro da História da Educação. Uma renovação onde novas formas de questionar-se cruzam com um alargamento das problemáticas e com uma sensibilidade acrescida à diversidade dos contextos e à especificidade dos modelos e práticas educativas. Uma abordagem que permita a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições educativas. (MAGALHÃES, 1996, p. 1).

183

Trata-se, segundo Magalhães (1998, p. 61), de uma “[...] história construída da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória”, com a finalidade de efetivar uma síntese multidimensional que demonstre um determinado itinerário pedagógico, uma identidade histórica específica, um processo em evolução e um projeto pedagógico. Considera ainda que:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1996, p. 2).

A partir desses pressupostos, Magalhães (1998) elenca as categorias de análise mais utilizadas na pesquisa sobre a História das Instituições Educacionais, incluindo as de:

- Espaço (local/lugar, edifício, topografia);
- Tempo (calendário, horário, agenda antropológica);
- Currículo (conjunto das matérias lecionadas, métodos, tempos, etc. ou racionalidade da prática);
- Modelo Pedagógico (construção de uma racionalidade complexa que articula a lógica estruturante interna com as categorias externas que a constituem — tempo, lugar e ação);
- Professores (recrutamento, profissionalização; formação, organização, mobilização, história de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações);
- Manuais Escolares;
- Públicos (cultura, forma de estimulação e resistências);
- Dimensões (níveis de apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização, destinos de vida). (MAGALHÃES, 1998).

A partir dessas categorias, podem se estruturar os roteiros e estabelecer os procedimentos investigativos. Desse modo, percebe-se que a perspectiva de análise da História das Instituições Educacionais almeja dar conta dos vários sujeitos envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos. (GATTI JÚNIOR, 2002).

Nesta modalidade historiográfica, a ênfase dada às análises mais sistêmicas cede lugar às análises que privilegiam uma visão mais profunda dos espaços sociais destinados aos processos de ensino-aprendizagem, assinalan-



do, uma historiografia herdeira das tradições historiográficas contemporâneas e afastando-se das práticas historiográficas anteriormente existentes.

No Brasil, ainda que mediante dificuldades, devido à inexistência de repertórios de fontes organizados, alguns historiadores e educadores têm-se lançado à tarefa de historiar a educação escolar brasileira, por meio da construção de interpretações acerca das principais instituições educativas espalhadas pelas diversas regiões brasileiras, com destaque para a abordagem a partir da categoria trabalho presente nos textos de Ester Buffa e Paolo Nosella que, em suas investigações recentes (1996, 1998, 2000), tomam o conceito de trabalho como categoria fundamental, pois, para eles, o trabalho influenciou nos processos educativos dos homens e na configuração das instituições escolares.

A relação escola-trabalho não se reduz, porém, nem à preparação profissional, nem à imediata qualificação de mão-de-obra, pois existe uma complexa integração histórica entre o mundo do trabalho e a escola, sem que cada um perca suas especificidades e sua autonomia, o que pode significar, por exemplo, que a distinção social e não o trabalho torna-se o princípio educativo em algumas instituições escolares. (BUFFA; NOSELLA, 1996).

Além disso, diante do debate entre as visões gerais e particulares, em que as primeiras são demasiadamente genéricas e paradigmáticas e, as segundas, meramente curiosas, os dois pesquisadores consideraram o particular como expressão do desenvolvimento geral, no interior de uma concepção de história que supera o factual e o descritivo, mas é, sobretudo, interpretativa, pois na História de uma Instituição Escolar, de fato, encontram-se datas, nomes, fatos interpretados à luz de uma concepção filosófica.

Isso se deve à confluência da Filosofia com a História. Essa confluência é possível quando se acredita que a Filosofia é filha da História. Ou seja, quando se concebe a Filosofia da educação menos como produto abstrato de pensadores geniais e mais como resultado das instituições escolares. Em termos teórico-metodológicos, afirmam que antes “[...] da exposição formal, pela qual se desvelará o movimento real da história, o método dialético exige o rastreamento dos dados empíricos, suas várias formas de evolução e suas mútuas conexões.” (BUFFA; NOSELLA, 2005, p. 366). E complementam:

No movimento do real da história, a paixão, a vontade humana, os conflitos, os dissensos, as relações de propriedade e de pro-



dução não fazem parte de um jogo abstrato, predefinido, bem comportado, mas, ao contrário, são ingredientes de uma dura luta social, arriscada, cujo resultado final não se conhece. Por isso [...] a instituição escolar não é vista *a priori* como a eterna reprodutora dos desequilíbrios sociais, nem como a redentora de todos os seus males: dialeticamente, a escola é um importante espaço de luta social pela hegemonia. (BUFFA; NOSELLA, 2005, p. 364).

Os pesquisadores referenciados explicitam ainda que estabeleceram como categorias de pesquisa o exame dos seguintes aspectos das instituições educativas:

1. Origem, criação, construção e instalação;
2. Prédio (projeto, implantação, estilo e organização do espaço);
3. Mestres e funcionários (perfil);
4. Clientela (alunos, ex-alunos);
5. Saber (conteúdos escolares);
7. Evolução;
8. Vida (cultura escolar: prédio, alunos, professores e administradores, normas).

Vinculam-se a estas categorias, evidentemente, outras, como a de organização e vida econômica, política e cultural da cidade e, sobretudo, o destino profissional dos alunos, pois que, segundo Buffa e Nosella (2005, p. 365) é “[...] essencial tanto indagar a origem social e o destino profissional dos atores de uma instituição escolar para se definir seu sentido social, quanto analisar os currículos utilizados para compreender seus objetivos sociais.”

Dessa maneira, tanto as interpretações construídas por pesquisadores estrangeiros, quanto por brasileiros, têm seguido um roteiro de pesquisa bastante similar, em que se destacam preocupações com os processos de criação e do desenvolvimento (ciclo de vida) das instituições educativas; a configuração e as mudanças ocorridas na arquitetura do prédio escolar; os processos de conservação e mudança do perfil dos docentes; os processos de conservação e mudança do perfil dos alunos; os destinos profissionais e



peçoais dos alunos, as formas de configuração e transformação do saber veiculado nestas instituições de ensino, etc.

O esforço interpretativo contido no desenvolvimento de investigações afeta ao campo da História das Instituições Educacionais e mesmo ao campo da História das Disciplinas Escolares é a ponta de lança da possibilidade da escrita de uma nova História da Educação Brasileira, capaz de levar em conta as especificidades regionais e as singularidades locais e institucionais, ancorada, agora, em um conjunto de estudos monográficos rigorosos e criteriosos, elaborados paulatinamente nas diversas regiões brasileiras.

## Considerações finais

Em texto recente, Buffa e Nosella (2005, p. 355), apresentaram os resultados de análise crítica empreendida acerca da História das Instituições Escolares, em especial, daquela presente nas dissertações e teses oriundas dos Programas de Pós-Graduação em Educação brasileiros, na qual destacaram a existência de sérios perigos metodológicos nas pesquisas histórico-educacionais sobre as instituições escolares da atualidade, assinalando principalmente que “[...] se o envolvimento do estudioso é fácil, o difícil é produzir um resultado final crítico e proveitoso [...].” Indicaram ainda, os reducionismos mais freqüentes presentes nos trabalhos analisados, a saber: saudosismo, personalismo, particularismo, culturalismo ornamental e laudação/apologia.

Diante disso e na concordância com a análise expressa em Buffa e Nosella (2005), estão apresentadas, a seguir, algumas recomendações na direção de contribuir para a superação de tais problemas metodológicos e para que sejam evitados resultados de pesquisa que perpetuem os reducionismos apontados pelos autores, o que compreende, sobretudo, maior cuidado na elaboração do projeto de investigação a ser desenvolvido no âmbito da iniciação científica e da Pós-Graduação em Educação.

Assim, sugere-se que a elaboração dos projetos seja precedida: 1) da adequada e profunda revisão da literatura existente sobre a temática das instituições escolares, o que inclui textos teórico-metodológicos, mas também, a produção nacional e internacional sobre o assunto; 2) da realização de uma etapa lógica consistente na direção do estabelecimento da problemáti-

ca e das hipóteses iniciais da investigação, baseada no necessário diálogo preliminar, estabelecido pelo pesquisador em formação, entre empiria (*corpus* documental) e teoria; 3) da definição clara do processo de pesquisa, com vistas a verificação/alteração das hipóteses iniciais, com processo de objetivação rigoroso; 4) da construção de textos conclusivos que demonstrem claramente os processos de objetivação empreendidos, bem como que, quando for o caso, atualizem, complementem ou reconceitualizem as interpretações pré-existentes.

## Notas

- 1 Versão modificada e ampliada do estudo apresentado em 12 de julho 2006 na mesa-redonda intitulada "Navegando pela História da Educação Brasileira: abordagem temática" durante as atividades do VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", sob a temática geral "20 Anos de HISTEDBR: Navegando pela História da Educação Brasileira" realizado em Campinas, São Paulo, no período de 10 a 13 de julho de 2006.
- 2 Atualmente, há três periódicos científicos brasileiros dedicados exclusivamente à temática da História da Educação: a revista *História da Educação*, criada pela Associação Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE), em 1997; a *Revista Brasileira de História da Educação*, criada pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), em 2001; os *Cadernos de História da Educação*, criado pelo Núcleo de Estudos em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia (NEPHE/UFU), em 2002.

## Referências

- ANDRADE, Mariza Guerra de. **A educação exilada**: Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BASTOS, Maria Helena Câmara; BUSNELLO, Fernanda de Bastani; LEMOS, Elizandra Ambrosio. A disciplina história da educação no curso de pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1942-2002). **História da Educação**, Pelotas, v. 10, n. 19, p. 181-212, abr. 2006.
- BAUAB, Maria Aparecida Rocha. **O ensino normal na província de São Paulo (1846-1889)**: subsídios para o estudo no Brasil-Império. 1972, Tese (Doutorado em Filosofia) — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 1972.(2 v.).
- BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Schola mater**: a antiga Escola Normal de São Carlos — 1911-1933. São Carlos (SP): EDUFSCar, 1996.



\_\_\_\_\_. **Industrialização e educação:** a Escola Profissional de São Carlos, 1932-1971. São Carlos: EDUFSCar, 1998.

\_\_\_\_\_. **Universidade de São Paulo** — Escola de Engenharia de São Carlos, os primeiros tempos: 1948-1971. São Carlo: EdUFSCar, 2000.

\_\_\_\_\_. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **ECCOS**, São Paulo. v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Considerações sobre o Ensino de História da Educação no Brasil. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. (Org.). **História da educação em perspectiva:** ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas (SP): Autores Associados; Uberlândia (MG): Editora da Universidade Federal de Uberlândia. 2005.

CATANI, Denice Bárbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 113-28, jan./abr. 2002.

CARRATO, José Ferreira. **Minas Gerais e os primórdios do Caraça.** São Paulo: Companhia Nacional, 1963.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites:** o ginásio catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Apresentação do Dossiê História da Educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 34, p. 125-126, dez. 2001.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI JÚNIOR, Décio. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia (MG): EDUFU, 2002.

\_\_\_\_\_. História da educação: consolidação da pesquisa nacional e ampliação dos espaços de divulgação científica. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 18, p. 5-22, maio. 2004. (Número Especial).

HOBSBAWM, Eric. A contribuição de Karl Marx para a historiografia. In: BLACKBURN, Robin. (Org.). **Ideologia na ciência social:** ensaios críticos sobre a teoria social. Tradução Aulyde Rodrigues. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LAVILLE, Chrisitan; DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. (Revisão técnica e adaptação da obra de Lana Mara Siman), Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

MAGALHÃES, Justino. **Contributo para a história das instituições educativas** — entre a memória e o arquivo. Braga (Portugal): Universidade do Minho, 1996. (mimeo.).

\_\_\_\_\_. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cunthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara. (Org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

\_\_\_\_\_. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista (SP): Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Maria Helena Barreto Alves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MATTOS, Selma Rinaldi de. **O Brasil em lições**: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000.

MONARCHA, Carlos. (Org.). **História da educação brasileira**: formação do campo. Ijuí (RS): Editora da Unijuí, 1999.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da praça**: o lado noturno das luzes. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999a.

NADAI, Elza. A investigação em história da educação no Brasil: as associações e sociedades de história da educação. In: NÓVOA, António; BERRIO, Julio Ruiz. (Org.). **A história da educação em Espanha e Portugal**: investigações e actividades. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Sociedad Española de Historia da Educación, 1993.

NOSELLA, Paolo. A formação do educador e do professor — esboço histórico. In: JARDILINO, José Rubens Lima; NOSELLA, Paolo. (Org.). **Os professores não erram**: ensaios de história e teoria sobre a profissão de mestre. São Paulo: Terras do Sonhar/Edições Pulsar, 2005.

NÓVOA, António. **História da educação**. Relatório da disciplina história da educação, apresentado no âmbito das provas para obtenção da agregação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 1994.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1991.

\_\_\_\_\_. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 4, p. 27-33, jan./dez. 2005.



VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 37-70, 2003.

Prof. Dr. Décio Gatti Júnior  
Universidade Federal de Uberlândia  
Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em  
História e Historiografia da Educação (NEPHEIUFU)  
E-mail | degatti@ufu.br

Recebido 07 fev. 2007

Aceito 07 mar. 2007